

LIBERDADE POLÍTICA

HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS*

Desembargador do Tribunal de Justiça de Alagoas

Lenta, segura e gradualmente estão sendo definidos pelos diversos partidos políticos os nomes que disputarão a Presidência da República, os governos de Estado e as cadeiras de representação popular no Senado, Câmara Federal e Assembleias Legislativas estaduais. É uma rotina que o País vive há quase 22 anos, quando, com a posse de José Sarney, vice de Tancredo Neves – que morreu após ser escolhido pelo Congresso – na Chefia do Governo Federal, foram restauradas plenamente as franquias democráticas suprimidas à partir de 31 de março de 1964 pelas facções militares que depuseram o então Presidente João (Jango) Goulart e tomaram o poder.

Ao longo de mais de duas décadas, as instituições têm suportado várias espécies de tensões e pressões, assimiladas e amortecidas pelos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo e arejadas pela liberdade de informar e opinar que é absolutamente imprescindível a qualquer regime que pretenda ser realmente democrático.

O arbítrio que refletia as opiniões e (ou) os interesses dos eventuais detentores do poder de fato, foi substituído pela democracia, que com todas suas eventuais imperfeições, é, fora de dúvidas, o único regime em que existem condições para os costumes se aperfeiçoarem, no permanente e por tantas vezes angustiante confronto cotidiano.

Na América do Sul, parte do mundo na qual o Brasil se insere, a independência política das nações tem, em média, pouco menos de dois séculos.

Fomos a única nação que começou politicamente com uma monarquia constitucional, desenhada pela coragem de um príncipe

português que não suportou a falta de visão da corte e da família no seio das quais se formara. E se antecipou no atendimento aos nascentes sentimentos da nacionalidade brasileira.

As reviravoltas que caracterizaram a política fizeram com que seu filho, algumas décadas após, fosse deposto pelo movimento militar que proclamou a República.

Tanto no período do Império quanto no da república, a liberdade política, no Brasil, tem sido uma planta açoitada pelas intempéries da ignorância de muitos, da ambição de alguns e do desequilíbrio de tantos outros. Para percorrer apenas o século passado, antes da Revolução de 30, tínhamos um simulacro de democracia, com eleições em clima de truculência e insegurança.

Sete anos após o advento da revolução de 30, seu principal ator, Getúlio Vargas, tomou o poder em suas mãos, sendo deposto pelos militares em 1945.

Por 19 anos, com muitos percalços e imperfeições, a democracia foi exercida, até que em março de 1964 instalou-se o regime de exceção.

Na verdade, a história do Brasil é um deserto de instabilidades onde existiram – hoje existe – oásis de democracia.

Cabe aos brasileiros alargar e cultivar esses oásis, de modo que os períodos de exceção sejam somente lembranças. Tristes lembranças.

Com a liberdade política exerce-se a verdadeira democracia, fortalece-se as instituições, consagra-se o estado de direito.

Humberto Martins.